

## Atuação do Sintergrs garante pagamento da Gicap a aposentados

O Sintergrs protocolou e acompanhou o processo administrativo de cada aposentado junto às secretarias de Estado. Na segunda-feira (29/08) o Diário Oficial do Estado publicou os primeiros 25 aposentados que passarão a receber a Gratificação de Incentivo à Capacitação (Gicap). **pág. 3**



*Defender a bandeira da saúde pública no âmbito dos direitos sociais e do princípio da regionalização. Esse foi o objetivo do Fórum Regional de Saúde Pública, realizado em Palmeira das Missões, no início de agosto. Organizado por servidores públicos associados do Sintergrs e voluntários da região, além de entidades dos mais variados segmentos da sociedade civil, o evento foi realizado no auditório do Centro Cultural Mozart Pereira Soares, que ficou completamente lotado. Mais de mil pessoas participaram do fórum no auditório, que tem capacidade para 700 pessoas.*

**pág. 5**

**Especialista no tema da dívida pública projeta cenário de paralisia dos estados**

**7**

**Para garantir recomposição parcial das perdas inflacionárias dos salários, Sintergrs ingressa com mandado de injunção no Pleno do TJs**

**8**

**Sintergrs é signatário de representação ao MPrs que questiona LDO prevendo reajuste zero para servidores estaduais**

**8**

## Palavra do Presidente Joanes Machado da Rosa

### A Teia

A relação entre o capital e o trabalho, embora possa ter uma convivência aceitável, tem, nos últimos tempos, agudizado os conflitos naturais que se estabelecem entre eles. Enquanto que o trabalho se expressa num esforço humano buscando como resultado a satisfação pessoal, tanto pela ocupação quanto pelo resultado obtido através dele, o capital se esvazia em si e requer a permanente retroalimentação e um constante crescimento para a sua sobrevivência. Quanto maior, mais gula. Esta busca constante não encontra limites na ética, na moral, no direito e tampouco na organização e manutenção das estruturas do Estado. Além do mais, possui armas poderosas para alcançar seus objetivos.

A exploração do trabalho pelo capital, que num primeiro momento objetivava a força ou a inteligência humana, passou a estender os seus tentáculos para o Estado. Já não bastava o lucro a granel. Tudo que for passível para atingir sua finalidade está na mira do capital. A partir disto, a atividade política tornou-se um meio eficaz nessa busca. Uma das estratégias para atingir o alvo foi investir na ocupação de postos-chaves da administração pública através de atores comprometidos com os seus objetivos. Criou-se uma campanha de desmoralização dos serviços públicos e dos servidores, atribuindo a estes o consumo de recursos necessários ao fomento da criação de condições necessárias à ação do capital. Qual seria a solução? A privatização ou terceirização de funções do Estado. Este processo está em curso.

Para se comprovar, basta saber que mais de 40% da arrecadação nacional é destinada para o pagamento de juros para duas dezenas de bancos. A dívida dos estados com a União os subjugam à vontade desta, provocando uma dependência econômica e institucional, provocando o rompimento do pacto federativo e sua autonomia administrativa. Aliado a estas circunstâncias, estados e União estabelecem um pacto para reduzir o desgaste político criando uma teia de legislações desonerando os governadores das consequências políticas.



Um exemplo claro foi o PLP 257, aprovado em parte, no qual o nosso estado pactua requisitos com o Governo Federal com a finalidade de reduzir a prestação de serviço público sem o ônus político que isto poderia acarretar aos governadores. É uma lei de responsabilidade fiscal às avessas com enorme prejuízo para a população. Esquecem-se que o Estado não é um fim em si mesmo.

Aliado a tudo isso, aqui na Província de São Pedro, o PL 44, terceirizador e privatista, que aliado a um conjunto de leis já aprovadas e outros projetos em curso, nocauteará a possibilidade de um estado capaz de alavancar o progresso e atender às necessidades da comunidade.

O nosso sindicato tem trabalhado incansavelmente, isoladamente ou dentro do movimento das entidades que representam os servidores públicos, contra este desmanche dos serviços públicos, bem como se colocado ao lado das suas categorias, lutando pelo respeito ao nosso serviço e aos nossos colegas. Temos reduzido, ao máximo, os impactos das políticas de sucateamento da administração pública estadual e ao mesmo tempo dialogado incansavelmente com o Governo do Estado. Judicializamos apenas as demandas em que sentimos esgotadas as possibilidades de negociação. Estamos vivendo um momento de permanentes ataques. Temos que entender que os atos praticados pelo governo não são isolados e que fazem parte de um grande plano de privatização.

Lutaremos obstinadamente para frear as ações nefastas do governo e atingirmos os objetivos contidos nas demandas que entregamos na Casa Civil desde os primeiros dias do Governo Sartori. Nada nos deterá. O apoio da categoria é indispensável neste momento. Avante SINTERGS!

## ‘Sonegômetro’ nacional é instalado pela primeira vez em Porto Alegre

O painel eletrônico que mostra em tempo real os valores atualizados da sonegação de impostos no Brasil foi instalado pela primeira vez em Porto Alegre, no dia 18 de agosto.

O ‘sonegômetro’ foi exposto no Largo Glênio Peres, no centro da capital. Durante a parte da manhã, a direção do Sintergs esteve presente no ato que reuniu outras entidades do serviço público estadual.

Até o dia em que ficou em Porto Alegre, o ‘sonegômetro’ mostrou que o Rio Grande do Sul perdeu R\$ 4,5 bilhões em Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).



Diretores do Sintergs participaram do ato com o ‘Sonegômetro’

## Sintergs posiciona-se em duas edições seguidas do jornal Zero Hora sobre novo regime de previdência

Em duas edições seguidas, o Sintergs posicionou-se no jornal Zero Hora (online e impresso) sobre o novo regime de previdência anunciado pelo Palácio Piratini. As reportagens, que contaram com entrevista do presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, foram publicadas na quinta-feira (25/08) e sexta-feira (26/08). Nas reportagens, o presidente do Sintergs salientou que o novo regime previdenciário preocupa e alertou que o IPE corre o risco de não ter condições de honrar com as novas aposentadorias.

**Sartori lança novo regime de Previdência dos servidores**

**FUNCIONÁRIOS TEMÃO DE CONTRIBUIR** para se obter um teto de R\$ 10,5 mil. Repórteres e comentaristas antes de 18 de agosto não são contemplados.

O presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do RS (Sintergs), Joanes Machado da Rosa, avalia que o novo plano de Previdência é “temerário”.

— Quando os novos passaram a contribuir com a Previdência complementar, aquilo que ultrapassar, ele não vai contribuir para o IPE, mas para um fundo privado. A temeridade é com os servidores que se aposentarem agora. O dinheiro não vai ser suficiente, vai ter de vir do governo do Estado.

**Preocupação com novo regime de Previdência**

**SINDICATO TEME IMPACTO** sobre o IPE. Especialista avalia que regra adotada para complementar aposentadoria é segura

**Como funciona**

Antigo regime	Novo regime
Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 9 mil</b>	Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 9 mil</b>
Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 1.192,50</b>	Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 687,65</b>
Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 1.192,50</b>	Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 687,65</b>
Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 7,2 mil</b>	Contribuição de previdência complementar: <b>R\$ 5.189,82</b>



## Vitória do SINTERGS

### Publicado no Diário Oficial lista dos primeiros 25 aposentados associados do sindicato que receberão a GICAP

Foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), na segunda-feira (29/08), os primeiros 25 aposentados que passarão a receber a Gratificação de Incentivo à Capacitação (Gicap).

Em agosto de 2014, o Sintergs ingressou com ação judicial para fazer com que a gratificação fosse paga também aos aposentados, visto que a lei excluía os inativos. Após julgado e com resultado favorável aos associados, o Sintergs protocolou e acompanhou o processo administrativo de cada aposentado junto às secretarias de Estado.

Desse modo, foi publicado no DOE, na página 7, a lista dos primeiros colegas Técnicos-científicos que terão em seus contracheques a referida gratificação.

#### Criação da Gicap

A Gicap foi criada em 2013 por meio da Lei Estadual nº 14.224. Conforme estabelecido pela legislação, o servidor recebe uma gratificação de acordo com seu grau de especialização: pós-graduação "latu sensu" (R\$475,00) e pós-graduação "stricto sensu" de mestrado ou doutorado (R\$790,00).

Rafaelle Marsilaj Quinto Di Camelli Secretária de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos		Código: 1670380
RECURSOS HUMANOS		
CONCEDE a Gratificação de Incentivo à Capacitação - GICAP, nos termos do inciso I do art. 19 da Lei nº 14.224/2013, regulamentado pelo Decreto nº 50.235/2013, a partir de 21/08/2016, esta do Títulos em Julgado do mandado de Segurança nº. 70081181871, que estendeu o direito a percepção da GICAP aos servidores inativos que se aposentaram com paridade remuneratória.		
Identidade Funcional	Nome	
1148092/01	Alexandre Kayser	
1428983/01	Ana Luiza Trois de Miranda	
1347209/01	Bento Luiz Velho da Mesquita	
1000392/01	Carmen Regina Bolla de Paesgrini	
1873680/01	Claudes Pontes	
1336731/01	Diana Vizeu Medaglia	
1275895/01	Eliane Xavier Fonseca	
1319630/01	Eliane Borges Drener	
6741330/01	Francisco Menegitt	
1233855/01	Francisco Morelli	
844369/01	Jandir de Sordi	
1278670/01	Joko Paulo Pinto	
902920/02	Jorge Luiz Vicente Ferreira	
1214977/01	Luiz Mendes da Silva Santos	
1292631/01	Margareth Adeline Bases Dal Maso	
1324128/01	Maria do Carmo da Silva Porciuncula	
1870122/01	Maria Helena Bittencourt Johnston	
1055030/01	Milton Landri Stasie	
1276126/01	Neuzi Maria de Silveira	
972851/01	Orni Osório de Oliveira	
1130641/01	Paulo José Valentin	
1343270/01	Roselaine Getzke	
1348635/01	Rubem Mesquita Rumpel	
1272071/01	Suzana Costantina Lima	
1478478/01	Vivian Peres Day	
		Código: 1670381

Diário Oficial do Estado (29/08)

## Opinião

Guilherme Toniolo,  
Diretor de Assuntos Funcionais

### Os aposentados e a distorção da realidade



*Dúvidas não há de que o labor dos servidores públicos estaduais é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento sustentável de nosso Estado. É impossível imaginar os avanços e realizações da sociedade gaúcha, seja na esfera municipal, estadual ou federal, sem a indispensável e inestimável contribuição competente dos nossos servidores. Não obstante a instabilidade econômica brasileira, estamos à mercê de uma gestão pública de governança incompetente, sem governança, notoriamente descomprometida com seus fins éticos, que vem favorecendo o total abandono da dignidade dos mesmos servidores públicos que sustentam o Estado, caindo unicamente e exclusivamente na sua conta, os fracassos decorrentes de uma política equivocada, ultrapassada e ineficaz.*

*Assim, inexoravelmente a situação agrava-se ainda mais, mormente quando o foco são os servidores públicos inativos ou aposentados, alvos do proposital direcionamento da ingratidão da opinião pública, manejada sutilmente pelo gestor público do momento, deixando uma clara refração que beira o ódio injusto e inexplicável. Demonstra esse comportamento hostil do contribuinte um total desconhecimento acerca da valorosa e honrosa história desses mesmos servidores públicos aposentados, que prestaram relevantes serviços à essa mesma sociedade e que pagaram suas contribuições em dia, por longos anos, até completar seu tempo de serviço.*

*Resta muito clara a incapacidade administrativa de nossos governantes, que utilizam indevidamente os recursos das nossas contribuições previdenciárias para socorrer os "furos" financeiros de suas gestões públicas incompetentes.*

*Não se pode olvidar que as contribuições previdenciárias dos aposentados, descontadas ainda na inatividade, se tivessem sido aplicadas de forma séria e responsável pelo governo do Estado nas últimas décadas, seriam mais do que suficientes para custear os proventos na sua inatividade.*

*Por tudo isso, é mais do que necessário unirmos todos os esforços do funcionalismo ativo e aposentados para combatermos esses abusos irresponsáveis governamentais que, se omitindo na busca de verdadeiras ações de boa gestão dos recursos públicos, ameaçam acabar com a nossa PARIDADE há anos consolidada, tornando-a inegociável e irrevogável.*

*Estas questões relacionadas ao direito à paridade dos inativos estão nas recentes lutas do Sintergs para proteção dos direitos adquiridos de seus associados.*

*O Sintergs, de forma judicial, busca o pagamento de gratificações, como a Gisea, para os aposentados e aqueles que não foram contemplados no texto original da lei, bem como a implementação em folha do pagamento da Gicap, que já tem os primeiros aposentados contemplados devido ao trabalho feito no processo administrativo para cada aposentado que entrou com pedido.*

*Lutar pelos direitos dos servidores públicos estaduais, especialmente pelos aposentados, é um dever de Sintergs e dos cidadãos de bem. Por derradeiro, cumpre deixar claro que NÃO SÃO os servidores públicos os responsáveis por essa conta de má gestão, que imperou e impera em nosso meio político criando uma teia de legislações desonerando os governadores das consequências políticas.*

## Saiba mais sobre o novo Plano de Previdência Complementar dos servidores públicos do RS

O novo plano de Previdência Complementar dos servidores públicos, criado pela Lei Complementar nº 14.750/15, entrou em vigor na sexta-feira (19/08/2016), com a publicação no Diário Oficial do Estado da portaria número 382 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC.

A portaria estabelece que os servidores públicos admitidos a partir de 19 de agosto de 2016 receberão aposentadoria e pensões limitadas ao teto do INSS (R\$5.189,82).

#### A quem se aplica

Servidores públicos civis do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública em cargo efetivo a partir de 19/08/2016, independente do valor da remuneração.

#### A quem não se aplica

Servidor que ingressou no serviço público antes de 19/08/2016 ou que já estava abrangido por outro RPC (regime de previdência complementar).

#### Percentual da contribuição

13,25% do salário.

#### Facultativo

Fica a critério do servidor público efetuar contribuição extra para o RS-PREV a fim de obter benefício adicional ao limite fixado pelo teto do INSS. Nesse caso, para ganhar mais, o servidor terá que fazer contribuição complementar ao RS-PREV de 4,5% a 7,5% do valor excedente sobre o teto. O Estado depositará valor igual para o fundo do servidor.

Permanecem as regras da paridade e integralidade para o servidor que ingressou no serviço público até 2003, a partir dessa data passa a ser calculado sobre a média de 80% das maiores remunerações.



## Mobilização dos servidores públicos marcou dia 4 de agosto

O Sintergs mobilizou servidores públicos na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini e Assembleia Legislativa no dia 4 de agosto, Dia de Mobilização, juntamente com demais entidades representantes dos servidores públicos do RS.

No interior, associados do Sintergs também participaram do ato contra o governo Sartori, que penaliza o servidor público com atraso e pagamento parcelado dos salários.

Além da paralisação dos servidores em seus locais de trabalho, os servidores Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários representados pelo Sintergs participaram de protesto em frente ao Palácio Piratini e no Sanatório Partenon com os demais servidores públicos estaduais.



## Servidores fazem protesto no CAFF em Porto Alegre diante de novo atraso e parcelamento de salários

Servidores públicos do Rio Grande do Sul reunidos no Fórum de Servidores – formado pelo Sintergs, Sindicaixa, Sindspge, Sindsepe-RS, Seasop e Afagro – protestaram na manhã da quarta-feira (31/08) contra mais um mês de salários atrasados e pagamento parcelado, além dos constantes ataques do Governo Sartori contra o servidor público, sem qualquer reposição das perdas inflacionárias.

Como forma de protestar, além de apitos, faixas, bandeiras e palavras de ordem, os funcionários estaduais prepararam e distribuíram cachorro-quente. O produto é o único item possível de adquirir com a primeira parcela do salário, depositada na quarta (31/08), de R\$ 800.

Neste ano, houve parcelamento dos salários dos servidores do Poder Executivo nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho e julho.





## SINTERGS em movimento

# Sintergs percorre o interior para mobilizar e manter proximidade com associados

### Passo Fundo



Direção do Sintergs realizou encontro com associados de Passo Fundo e também plenária do Fórum de Servidores

### Pelotas



Reunião com associados de Pelotas e após a direção do Sintergs participou de audiência pública da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos da ALrs

### Rio Grande



Direção do Sintergs e servidores públicos da região Sul do Estado reivindicaram a retirada do projeto de lei que abre caminho para terceirizações no RS e do projeto de lei complementar que penaliza ainda mais o servidor público para que os estados consigam renegociar a dívida com a União Federal. As defesas foram feitas durante audiência pública da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público da Assembleia Legislativa

### Santa Maria



Os associados de Santa Maria receberam a direção do Sintergs. Na pauta, o PL 44/2016 e o PLC 257/2016, além de estratégias para responder aos ataques do Governo Sartori contra os servidores públicos estaduais.

### Palmeira das Missões

Defender a bandeira da saúde pública no âmbito dos direitos sociais e do princípio da regionalização. Esse foi o objetivo do Fórum Regional de Saúde Pública, realizado em Palmeira das Missões, que lotou o auditório do Centro Cultural Mozart Pereira Soares, que recebeu mais de mil pessoas.



### Porto Alegre



Os servidores públicos lotados no Ambulatório de Dermatologia Sanitária de Porto Alegre receberam a direção do Sintergs. Durante o encontro, foram discutidos temas como o mandado de injunção protocolado pelo Sintergs no Pleno do Tribunal de Justiça do RS contra o Governador José Ivo Sartori.

### Cachoeira do Sul

Atos em defesa da saúde pública no Rio Grande do Sul ocorreram em 12 municípios do interior do Estado no dia 23 de agosto. Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários participaram das mobilizações em vários municípios como em Cachoeira do Sul. As manifestações, que tiveram por objetivo alertar a sociedade e os governos sobre a importância do SUS à população, ocorreram das 9h às 12h em frente às Coordenadorias Regionais de Saúde nos municípios de Pelotas, Osório, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Ijuí, Cruz Alta, Santo Ângelo, Santa Rosa, Bagé e Caxias do Sul.





**Brasília**

# Pressão dos sindicatos faz Câmara aprovar projeto mais brando de renegociação da dívida dos Estados

O texto-base do PLC 257/2016 – que renegocia a dívida dos estados com União Federal – foi aprovado pela Câmara dos Deputados na madrugada do dia 11 de agosto. Devido à pressão dos servidores públicos, uma versão mais branda foi aprovada, ainda assim trazendo prejuízos para o funcionalismo, já tão atacado, principalmente no RS.

De acordo com o que foi votado, os Estados terão como principal exigência por parte da União não ampliar as despesas correntes além da inflação pelo período de dois anos.

A medida reflete uma derrota do Governo de Michel Temer, uma vez que o texto original exigia, por exemplo, que os estados abrissem mão de conceder reajustes salariais por dois anos.

No início da semana a direção do Sintergs esteve em Brasília (DF) e cumpriu intensa agenda junto aos parlamentares da bancada gaúcha, como forma de pressionar contra o projeto de lei complementar de renegociação da dívida dos estados.



Sintergs com deputado federal Dionilso Marcon (PT)



Direção do Sintergs com deputado federal José Luiz Stedile (PSB)

No entendimento do Sintergs, a dívida do Estado do RS com a União Federal já foi paga. Além disso, para o sindicato, o PLC 257 não é resolutivo. Trata-se, tão somente, de uma medida paliativa para dar um ilusório fôlego à dívida do RS. Além disso, visa a prejudicar os servidores do executivo como contrapartida para viabilizar a renegociação.



Direção do Sintergs com deputada federal Maria do Rosário (PT)

## Panfletagem no aeroporto Salgado Filho

Lideranças do Sintergs realizaram protesto no aeroporto Salgado Filho na manhã do dia 1º de agosto. O objetivo foi alertar quanto aos prejuízos do PL 257/2016, que renegocia a dívida dos estados com a União. Aos que ingressavam nos portões de embarque do aeroporto, principalmente políticos e assessores com destino a Brasília, foram entregues panfletos com detalhes dos malefícios do projeto de lei e a posição dos servidores públicos estaduais. A rádio Gaúcha noticiou o ato.



# Almoço indigesto. Direção do Sintergs cobra do Governador Sartori salários em dia

Em Brasília (DF) para se reunir com o presidente interino Michel Temer, o Governador José Ivo Sartori almoçava no tradicional restaurante Mangai, no dia 9 de agosto, e não teve como escapar de ouvir reivindicações da direção do Sintergs, que representa 12 mil servidores públicos de nível superior Técnicos-científicos, Especialistas em Saúde e Extranumerários do RS.

A direção da entidade, que estava em Brasília para pressionar deputados gaúchos contra o PLC 257/2016, cobrou do Governador Sartori que o pagamento dos salários dos servidores seja honrado em dia.

Aos dirigentes sindicais, Sartori insistiu no discurso que vem fazendo, segundo o qual o governo atual não é responsável pela situação do Estado.

“Cobramos do Governador. Tivemos uma posição forte. Mas o Governador Sartori responde sempre de forma evasiva”, destaca o presidente do Sintergs Joanes Machado da Rosa.

**COBRANÇA PÚBLICA**

Desceu quadrado o almoço do governador José Ivo Sartori no tradicional restaurante Mangai, em Brasília, na terça-feira.

Sartori foi abordado por líderes do Sindicato dos Técnicos-Científicos, que estavam na cidade para protestar contra o congelamento salarial previsto no projeto de renegociação das dívidas. Os sindicalistas reclamaram do atraso no pagamento dos salários.



Governador Sartori não teve como fugir dos dirigentes do Sintergs que cobraram o chefe do Executivo Estadual

A coluna de política do jornal Zero Hora noticiou o cerco que integrantes da direção do Sintergs fizeram ao Governador José Ivo Sartori, em Brasília (DF), enquanto o chefe do executivo gaúcho almoçava tranquilamente.

# Evento debate dívida pública e projeta cenário de paralisia dos estados

A auditoria da dívida do Rio Grande do Sul com a União e o sistema financeiro foi o principal tema abordado no Seminário Seminário Transparência e Cidadania.

O evento, que ocorreu no dia 29 de agosto, em Porto Alegre, foi promovido pelo SENGE, AFOCFE Sindicato, CEAPE Sindicato, FENASTC, SINDAERGS e SINTERGS, com apoio da Assembleia Legislativa do RS, SIMPE, SINFRA-JUFE, ASSUFRGS, ASAE, FESSERGS, SEMAPI e União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, com patrocínio da Rio Sul Seguros.

A auditora federal Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, mostrou as origens da dívida e sua complexa relação através da influência de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, e alertou para mudanças na Constituição Federal que poderão fragilizar ainda mais a capacidade de investimento estatal e o suprimento do serviço público. O deputado Luis Augusto Lara (PTB), proponente do tema, presidiu a audiência pública.

De acordo com a auditora federal a dívida gaúcha é a mesma dos demais estados brasileiros e teve início na década de 70, ainda sob o regime militar. As dívidas externas se transformaram em dívidas internas e houve

incentivo para que emitissem títulos, autorizados por resoluções do Senado Federal. “Sem mencionar o agente credor, e grande parte delas sem mencionar onde seriam aplicados os recursos”, apontou.

Foi nessas condições que os estados passaram a viver sob a Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal.

Nesse novo contexto, explicou a auditora, o refinanciamento da dívida adicionou o passivo dos bancos estatais que seriam privatizados. No caso do Rio Grande do Sul, o passivo do Banrisul foi adicionado ao estoque da dívida, com a atualização monetária mensal cumulativa pelo IGPDI, “o índice de atualização mais alto do planeta”, resultando numa bola de neve. Maria Lúcia assegura que a dívida já foi paga duas vezes e “é um processo que exige uma completa auditoria desde a sua origem”, referindo-se à renegociação que suspendeu os pagamentos durante seis meses e depois serão retomados por mais 20 anos.

## Alerta que veio da Grécia

A auditora federal alerta que todo o cenário de paralisia dos estados pela dívida com a União, somado à falta de transparência, está autorizando a formação de empresas ligadas ao que ela denomina “sistema da dívida”. “Esse esquema é semelhante ao que foi montado na Europa, da qual, que chegou a Grécia e outros países, utilizando consultorias prestadas com expertise do Fundo Monetário Internacional, materializadas através de empresas estatais não dependentes, uma figura que permite que essas empresas contratem administradores sem concurso, não prestem contas e não sejam fiscalizadas”.

Ela destacou a importância do debate público sobre o modelo tributário brasileiro que, segundo afirmou, “é aleijado”, uma vez que deveria ser veículo para distribuir a renda cobrando de quem tem mais para que os recursos cheguem ao Estado através das políticas públicas, promovendo a justiça social. Mas o sistema é invertido e os benefícios são destinados aos que têm capacidade produtiva enquanto os que menos têm são os que proporcionalmente mais pagam, “uma vez que mais de 60% da carga tributária incide sobre o consumo de forma obscura, sem respeitar a capacidade contributiva”. Defendeu o imposto para grandes fortunas e disse que a cobrança de 5% em fortunas superiores a R\$ 50 milhões, que representam meio por cento da população economicamente ativa e detém 43% do patrimônio declarado à Receita Federal, resultaria em R\$ 90 bilhões de arrecadação.



Auditora federal alerta que todo o cenário de paralisia dos estados pela dívida com a União, somado à falta de transparência, está autorizando a formação de empresas ligadas ao que ela denomina “sistema da dívida”

## Sintergs integra Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular

A direção do Sintergs marcou presença no lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, lançada oficialmente no dia 9 de agosto, em Brasília (DF).

A Frente, que tem o Sintergs como membro, terá como objetivo, além de cobrar a realização da auditoria da dívida pública, combater projetos como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que propõem a diminuição do investimento público em áreas como educação e saúde, justamente para manter o pagamento de juros e amortizações da dívida dos estados com União.

A “AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA” busca investigar o endividamento público brasileiro – interno e externo – visando a promover uma auditoria que se denomina cidadã exatamente pelo fato de estar sendo realizada por cidadãos e para os cidadãos.

O objetivo é dissecar o processo de endividamento do País e buscar a verdadeira natureza dessa dívida pública que tem absorvido a parte mais relevante dos recursos nacionais, enquanto faltam recursos para o atendimento aos Direitos Sociais básicos de milhões de brasileiros que vivem na pobreza e miséria.



Na foto, a partir da esquerda, Ivone Antunes Peixoto, Diretora de Assuntos do Interior do Sintergs, Joanes Machado da Rosa, presidente do Sintergs, Maria Lúcia Fattorelli, ex-auditora da Receita Federal, Josué Martins, presidente CEAPE Sindicato, e Valdir Bandeira Fiorentin, Diretor de Divulgação e Imprensa do Sintergs.



## Para garantir recomposição parcial das perdas inflacionárias dos salários, Sintergs ingressa com mandado de injunção no Pleno do TJrs

O Sintergs ingressou com mandado de injunção no Pleno do Tribunal de Justiça do RS contra o Governador José Ivo Sartori, no dia 16 de agosto. A ação pretende suprir omissão do Governador que não encaminhou até o momento lei que preveja recuperação anual dos salários corroídos pela inflação.

Demais poderes como Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunal de Contas do Estado já aprovaram lei com atualização salarial de 8,13%, que compreende o período de junho de 2014 a junho de 2015.

Em função da Constituição determinar que haja essa recomposição, há uma omissão do Governador José Ivo Sartori que precisa ser suprida através do mandado de injunção, de acordo com o Sintergs.

### APARTES

- As bancadas do PT, PC do B e PSol na Assembleia se reúnem hoje, às 11h30min, com o presidente do Tribunal de Contas, Marco Peixoto, para solicitar inspeção extraordinária de contas no fluxo de caixa do Estado.
- O Sintergs ingressou com mandado de injunção no TJ (que visa garantir o direito de alguém prejudicado por omissão) na tentativa de viabilizar reposição salarial aos servidores do Executivo, já concedida aos demais poderes.

Coluna de política do jornal Correio do Povo noticia mandado de injunção protocolado no TJrs pelo Sintergs para ter recomposição inflacionária parcial dos salários

Em havendo decisão favorável, o Pleno do TJrs pode mandar que o Governador aplique a recomposição salarial aprovada para os demais poderes, ou seja, 8,13%, beneficiando os filiados do Sintergs e implementando a recomposição parcial das perdas inflacionárias dos vencidos dos servidores filiados ao Sintergs.

## Sintergs é signatário de representação ao MPRs que questiona LDO que prevê reajuste zero para servidores estaduais

O Sintergs está entre as entidades que entregaram ao Procurador-Geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, representação que questiona a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício econômico-financeiro de 2017, pedindo ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

A representação foi entregue no dia 18 de agosto por integrantes da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. O documento baseia-se na inconstitucionalidade do não reajuste aos servidores públicos e o congelamento dos orçamentos dos Poderes e Instituições, sem ao menos a aplicação dos índices inflacionários.

A representação assinada pelos conselheiros da União Gaúcha questiona os artigos 10 e 33 da Lei 14.908/2016. O documento aponta que a legislação congelou pelo segundo ano consecutivo o orçamento dos Poderes do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública, além de fixar um limite de 3% para a correção com gastos de pessoal, ignorando o crescimento vegetativo da folha e o direito constitucional dos servidores públicos a terem a revisão anual dos vencimentos.

De acordo com as entidades que assinam o documentos, é um escândalo admitir congelamento de salários em período de inflação tão alta.



Joanes Machado da Rosa, Presidente  
Nelcír André Varnier, 1º Vice-Presidente | Fanfa Fagundes Barbosa, 2º Vice-Presidente  
Humberto Periolo, 1º Secretário | Ana Lúcia Touguinha Weidle, 2ª Secretária  
Daniel Lima Gonzaga, 1ª Tesoureiro | Francisco Menegat, 2º Tesoureiro  
Vinício Sólton Marques Filho, Diretor de Política Salarial  
Guilherme Toniolo, Diretor de Assuntos Funcionais  
Valdir Bandeira Fiorentin, Diretor de Imprensa e Divulgação  
Ivone Antunes Peixoto, Diretora de Assuntos do Interior,  
Pedro Alberto Armani Martins, Representante Titular dos Aposentados  
Marco Túlio de Albuquerque, Representante Suplente dos Aposentados

### Expediente

Boletim Informativo do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Estado do Rio Grande do Sul

Conteúdo: Spindler Comunicação Corporativa  
www.spindler.com.br

Tiragem: 6.500 exemplares

TRANSPARÊNCIA, COMPROMETIMENTO E UNIÃO. UM SINDICATO A SERVIÇO DA CATEGORIA.

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS | Fones (51) 3025 0011 | www.sintergs.org.br | sintergs@sintergs.com.br